

# Sumário

<b>Siglas e abreviações</b> .....	VII
<b>Prefácio</b> .....	IX
<b>1 Considerações iniciais e apresentação da obra</b> .....	1
<b>2 Os institutos da nacionalidade, domicílio e residência</b> .....	7
2.1 A importância do estudo de tais institutos para a delimitação e desenvolvimento do presente trabalho .....	7
2.2 Nacionalidade, domicílio e residência. Conceitos e requisitos para a aquisição da nacionalidade e da condição de residente .....	9
2.3 A dupla residência e a perda da condição de residente .....	17
2.4 O caso específico da mudança de residência para os denominados paraísos fiscais.....	20
2.5 O regime jurídico dos residentes e dos não residentes.....	21
2.6 Casos práticos .....	23
<b>3 Procedimentos junto ao Banco Central do Brasil</b> .....	27
3.1 Da obrigatoriedade do envio das informações e seus fundamentos.....	27
3.2 As penalidades para a ausência do envio da declaração .....	31
3.3 Casos práticos .....	32
<b>4 Países com tributação favorecida ou regime fiscal privilegiado (“paraísos fiscais”)</b> .....	35
4.1 Conceitos e características .....	35
4.2 A licitude (ou não) das operações envolvendo os paraísos fiscais.....	41
4.3 A relação dos paraísos fiscais segundo o ordenamento jurídico brasileiro.....	43
4.4 Medidas de combate aos paraísos fiscais .....	47
4.5 Casos práticos .....	50

<b>5 A troca de informações para fins fiscais e o Direito sancionador</b> .....	55
5.1 Legitimidade e legalidade da troca internacional de informações para fins fiscais .....	55
5.2 Os acordos, tratados e convenções já celebrados pelo Brasil prevendo a troca de informações para fins fiscais .....	59
5.2.1 Tratados celebrados para evitar a bitributação com cláusulas prevendo a troca de informações para fins fiscais .....	60
5.2.2 Tratados celebrados com o fim exclusivo de troca de informações para fins fiscais.....	61
5.2.3 Convenções multilaterais objetivando especificamente a troca de informações para fins fiscais.....	63
5.3 O direito sancionador em face do investidor.....	64
5.3.1 As infrações de natureza tributária .....	65
5.3.2 As infrações de natureza criminal.....	68
5.3.3 Infrações junto ao Banco Central do Brasil .....	76
5.4 Casos práticos.....	77
<b>6 As regras gerais de tributação sobre os investimentos no exterior</b> ...	85
6.1 O Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (“IR”) .....	85
6.1.1 A tributação do IR em bases universais. A possibilidade de bitributação e os mecanismos para evitar a sua ocorrência.....	87
6.1.2 As sistemáticas de apuração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza .....	92
6.1.2.1 A sistemática do recolhimento mensal obrigatório (“Carnê-leão”).....	93
6.1.2.2 A sistemática do ganho de capital .....	98
6.1.2.3 A sistemática da declaração anual de ajuste .....	107
6.2 Casos práticos .....	110
6.3 O imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, também conhecido como Imposto sobre Operações Financeiras (“IOF”) .....	113
6.4 O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (“ITCMD”) ...	115

6.5 O imposto sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição, também conhecido como Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis ("ITBI") .....	117
6.6 Casos práticos .....	119
<b>7 Algumas modalidades de investimento no exterior</b> .....	<b>123</b>
7.1 Os Trusts .....	123
7.1.1 Origens e visão geral do instituto .....	123
7.1.2 O trust perante o sistema jurídico romano-germânico .....	129
7.1.3 Normas gerais do trust de acordo com a Convenção de Haia....	133
7.1.4 Possíveis utilizações do trust.....	136
7.1.5 A classificação dos trusts e a importância do seu estudo .....	140
7.1.5.1 Trust inter vivos ou testamentário (mortis causa).....	141
7.1.5.2 Trust revogável ou irrevogável.....	142
7.1.5.3 Trust público (charitable) ou trust privado .....	143
7.1.5.4 Trust discricionário ou trust fixo.....	144
7.1.6 Análise das incidências tributárias decorrentes do uso do trust.....	145
7.1.7 Casos práticos.....	152
7.2 A conta de depósito em instituição financeira .....	156
7.2.1 A conta de depósito não remunerada .....	156
7.2.2 A conta de depósito remunerada .....	159
7.2.3 Casos práticos .....	162
7.3 Os rendimentos de aplicações financeiras.....	162
7.4 O mercado de renda variável.....	165
7.4.1 Operações com ações .....	165
7.4.2 Operações com BDR's .....	169
7.4.3 Operações com ETF's .....	173
7.4.4 Operações com REIT's .....	177
7.4.5 Quadro sinóptico das isenções .....	178
7.4.6 Casos práticos .....	178

7.5 Operações com imóveis .....	180
7.6 A constituição de pessoa jurídica .....	183
7.6.1 A pessoa jurídica no exterior (offshore) .....	187
7.6.2 A pessoa jurídica no Brasil.....	189
7.6.3 Casos práticos .....	193
<b>8 A transmissão dos investimentos no exterior .....</b>	<b>197</b>
8.1 O instituto da legítima .....	198
8.1.1 O descumprimento do direito à legítima e as suas consequências.....	200
8.2 O instituto da colação .....	201
8.3 A transmissão inter vivos.....	204
8.3.1 Os efeitos fiscais no Brasil na transmissão inter vivos de ativos no exterior.....	206
8.3.2 Casos práticos.....	209
8.4 A transmissão mortis causa e os conceitos de sucessão legítima e testamentária e sucessão a título universal e a título singular.....	211
8.4.1 A sucessão legítima e o procedimento de inventário e partilha de bens .....	213
8.4.2 A lei aplicável para reger a sucessão e o conceito de domicílio para o Direito Civil .....	217
8.4.3 A sucessão testamentária .....	219
8.4.3.1 O testamento. Características e requisitos de validade .....	219
8.4.3.2 As formas e espécies de testamento .....	223
8.4.3.3 O testamento do residente com investimentos no exterior ....	228
8.4.3.4 Os efeitos fiscais no Brasil na transmissão causa mortis de ativos no exterior.....	229
8.4.3.5 Casos Práticos .....	230
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>235</b>